

VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población - ALAP

XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais

Foz do Iguaçu, 2016

Unidade e diversidade dos processos demográficos: desafios políticos para a América Latina e o Caribe em perspectiva internacional comparada

Tópico: A Experiência de Investigar a Vulnerabilidade Social

Trabalho: Revisitando as “estratégias de sobrevivência”: os aportes da perspectiva de Acumulação de Ativos (C. Moser) e da noção de acúmulo de desvantagens e vantagens comparativas

Autor: Maria Encarnación Moya Recio (Nepo/Unicamp)

Revisitando as “estratégias de sobrevivência”: os aportes da perspectiva de Acumulação de Ativos (C. Moser) e da noção de acúmulo de desvantagens e vantagens comparativas

Ma. Encarnación Moya Recio

(Nepo-Unicamp)

A pobreza é um fenômeno multidimensional, dinâmico e relacional, que se insere em contextos históricos e espaciais, e que é encarnada por indivíduos e grupos sociais que se encontram mais ou menos fragilizados, mais ou menos vulneráveis e propensos a permanecer em situações crônicas de pobreza, superá-las em diversos graus, ou cair em situações ainda mais desesperadoras. A literatura que vem na tradição dos estudos das “estratégias de sobrevivência” sempre esteve atenta, de algum modo, a essas diversas características. Mais recentemente, ganhou importância ainda maior o olhar longitudinal sobre essas situações e as desigualdades existentes, particularmente a partir da perspectiva do curso de vida que Angela O’Rand (2009) bem define como bem:

(...) a lifelong manifold phenomenon of intertwining cumulative processes, in which earlier events and experiences are consequential for later events and experiences, and their management by individuals (Elder, Johnson, Crosnoe, 2003). The key consequence of this complexity is the emergence, persistence, and widening or narrowing of inequality in different aspects of well-being – social, economic, physical, and psychological. The central puzzle for researchers is to identify mechanisms that drive these processes from childhood (if not from the time of fertilization and in utero) to adulthood and old age to produce considerable heterogeneity in aging population. (O’Rand, 2009: 123-24)

Em seu último livro, Carole Moser reavaliou a abordagem dos “Ativos-Vulnerabilidade” exatamente para introduzir de forma sistemática o tempo em sua análise, para o qual contou com pesquisa realizada entre 1978 e 2004 na comunidade Índio Guayas, em Guayaquil, Equador, baseada em trabalho etnográfico e 3 surveys (1978-1992-2004) (Moser, 2009). Combinando narrativas qualitativas com mensurações

econômicas, Moser não só mensurou temporalmente a acumulação de capital humano, social, financeiro e físico, e as mudanças no “portfolio de ativos” entre duas gerações, como mapeou a mudanças nas percepções de bem-estar, e suas diferenças intergeracionais. Ao longo desse período, marcado por crises, mudanças macroestruturais e político-institucionais, a questão central versou sobre a mobilidade social nessa comunidade e como domicílios pobres lograram acumular ativos e sair da pobreza. Ou nos termos da própria Moser, “why some households succeed in getting out poverty, others not, and yet, others get out but fall back into poverty again”.

(...) upward socioeconomic mobility is not the simple story many practitioners would like. Along the way are changes in perceptions, aspirations, and expectations that relate to the contextualization of poverty in time and place. A short-term focus tends to deny endogenous process and history does not matter... not only are institutions and social actors critically important, so too is the agency and empowerment of individual women and men embedded within households and communities. By fashioning crosscutting solutions to establish homes, mobilize for infrastructure, educate Family members, identify opportunities in the local economy and abroad, and deal with violence within the Family and community, many households successfully transition out of poverty with minimal support from external agencies (Moser, 2009: p- xvii).

A acumulação de ativos para Moser é um processo que se dá por meio de complexa trama de fatores ao longo do tempo que implicam uma “estrutura de oportunidades” (expressão usada por Moser, mas sem referência à conceituação de Kaztman e Filgueira, 1999) que envolve as relações dentro do domicílio – e as dinâmicas do ciclo de vida –, na comunidade, junto com o contexto político-econômico externo e o ambiente institucional mais amplo. Todas essas dimensões importam, mas a análise de Moser dá especial destaque às relações intradomiciliares para sair da pobreza, ao capital social do domicílio e seu desenvolvimento no tempo, e às relações intergeracionais de pais-mães e filhos-filhas.

De fato, ao longo do livro fica a impressão que é a partir do domicílio (e entre domicílios) e das relações familiares que residem ou se concentram de fato as capacidades de mobilidade social – ascendente, descendente, ou a mera estagnação –, potencializadas

ou não pelas estruturas sociais mais envolventes. Além do trabalho, sempre considerado o ativo mais importante, ganha destaque a análise da moradia – desde a obtenção do lote, a construção da moradia, sua consolidação e melhoria, até seu uso econômico na obtenção de ativos produtivos-financeiros – e seu processo de legalização. No caso da comunidade estudada, o contexto onde isso ocorre é uma área invadida que também teve parte da ocupação realizada mediante a venda de lotes por *local settlers*.

Moser logrou controlar o ponto de partida, uma vez que o grupo de pessoas ali residente ocupou o lugar na mesma época, e a quase totalidade dos domicílios se constituíam de jovens casais, com ou sem filhos – que nasceram em seguida. Ou seja, domicílios cujas famílias encontravam-se igualmente em um estágio de expansão e cuja situação habitacional era a mesma – marcada pela mesma precariedade inicial, na total ausência de infraestrutura e serviços básicos. Da primeira incursão no campo até a última – em 2004 –, um dos aspectos mais interessantes é justamente a observação da emergência de desigualdades na comunidade ao longo do tempo, que a abordagem da Acumulação de Ativos busca deslindar. A centralidade conferida às dinâmicas no nível do domicílio não é nada trivial a ponto de Moser concluir que

By fashioning cross-cutting solutions to establish homes, mobilize for infrastructure, educate Family members, identify opportunities in the local economy and abroad, and deal with violence within the Family and community, many households successfully transition out of poverty with minimal support from external agencies (Moser, 2009).

Na verdade, a história do próprio desenvolvimento de Indios Guaya, em Guayaquil, mostra que as relações no nível da comunidade – também capital social – importaram sobretudo na fase de relativa igualdade nas situações dos domicílios, e da organização local reivindicativa (com protagonismo das mulheres) associada a projetos de organizações internacionais. Com o tempo, solucionados os problemas infra estruturais e de serviços, e obtidos os títulos de propriedade, atenta-se para a diferenciação dos domicílios “não só em termos do nível da pobreza de renda, mas da propriedade de ativos, com interessantes padrões de mobilidade de renda e acumulação de ativos e uma relação associada entre eles” (Moser, 2009). Junto a isso, observa-se ao longo do tempo, diferentes padrões de acumulação: após o investimento na casa, pais realizaram diferentes

trade-offs entre o capital humano dos filhos (investimentos em sua educação) e o consumo de bens duráveis (tvs, dvds, computadores). A geração seguinte, mais bem-educada, incorpora maiores expectativas e aspirações; e é também mais voltada ao consumo do que os pais – uma vez que soluções para a problemática da habitação, em sua extrema precariedade, foram logradas por estes.

Como os “estoques de ativos” dos diferentes capitais foram acumulados? Respondendo ao longo do livro a essa questão, Moser problematiza não só a pobreza, mas a “mobilidade social dos pobres”, e sua diferenciação desde um mesmo ponto de partida. A obtenção do terreno, a construção, sua consolidação, com melhorias e ampliação, variou entre as famílias, mas é considerada como uma pré-condição para a acumulação de outros ativos: ao reduzir a fragilidade socioeconômica dos membros do domicílio ampliado, especialmente em épocas mais adversas; ao sediar empresas domésticas; obtenção de aluguel ou venda de ampliações e subdivisões; ao possibilitar o “puxadinho” (nesting) para os filhos e suas novas famílias. Tratam-se de evidências empíricas já observadas alhures (Bilac, 1983; Durham, 1988). Evidentemente, isso não poderia ser possível sem o ativo trabalho, e a acumulação do chamado capital produtivo-financeiro envolveu nos períodos subsequentes, mudanças na situação do emprego – a ampliação do trabalho temporário, instável – como internos ao domicílio e às famílias, relacionados ao ciclo familiar; nesse processo, ganhou importância o envio das remessas de filhos que migraram, contribuição que se configurou como aspecto importante da colaboração entre pais e filhos, e um diferencial entre os domicílios. Mas o chamado capital social no nível do domicílio, as dinâmicas do ciclo de vida, e particularmente as “estratégias de reestruturação do domicílio”, tem papel central, aliadas ao fato de serem ora uma resposta de curto prazo às crises na redução da vulnerabilidade ou o esforço de mais longo prazo para manter e aumentar os ativos do domicílio.

No interior da literatura de curso de vida, Angela O’Rand (1996, 2009) tem analisado a produção de desigualdades ao longo do processo de envelhecimento dentro dos coortes – como, por exemplo, as desigualdades na saúde, com base em atributos de status como raça, gênero – a partir da noção do “acúmulo de vantagens e desvantagens comparativas”, ideia que tem sua origem no trabalho do sociólogo Robert Merton sobre as desigualdades entre cientistas ao longo de suas carreiras. Neste caso, Merton apontou que os sistemas de recompensa e reconhecimento implicavam processos de seleção social, donde desigualdades iniciais em produtividade e reconhecimento levariam à

concentração de recursos entre poucos ao longo do tempo, de forma crescente e cumulativa (O’Rand, 2009). A incorporação dessa ideia na pesquisa do curso de vida, segundo Angela O’Rand, tem revelado “uma “abertura” (“distribuição”) das populações na medida em que movem-se por instituições ao longo do tempo, da família para a educação ao mercado de trabalho, as residências para maiores, sugerindo um processo social cumulativo com exposições sequenciais a riscos e recompensas-reconhecimento correlacionados com origens sociais (i.e. raça e classe) e reproduzidos sistematicamente através das instituições sociais.”. Por outro lado, as pesquisas também têm mostrado a existência de mecanismos compensatórios que podem alterar processos cumulativos a princípio negativos, o que produziria ainda mais heterogeneidade e diferentes caminhos de desigualdades.

Desse modo, dentro da perspectiva de curso de vida, a ideia de acúmulo de vantagens e desvantagens serve como instrumento teórico-analítico para a observação do acesso desigual a recursos pelos indivíduos, desde o nascimento até a morte, através dos principais domínios interdependentes da vida: a família, a educação, o trabalho, a saúde, etc., propiciando explicações para diferenças nos níveis de bem-estar a partir da identificação dos processos e mecanismos que “estratificam as vidas individuais”. Outras teorias e modelos a elas associados, como o modelo de aquisição de status (social attainment) e os processos de estresse, convergem na explicitação de mecanismos sociais de processos cumulativos, como seleção, (duração da) exposição cumulativa, e persistência ou mudança de processos cumulativos. A título de exemplo, no primeiro caso, observa-se a desvantagem cumulativa de ser negro ao longo do tempo em diversos domínios sociais; ou, como um status fixo, como raça ou pobreza na infância, interage com outras variáveis, como a aquisição educacional: nessa interação, poder-se-ia identificar – tudo o mais constante – o processo pelo qual negros, mesmo acumulando educação, recebem menos retornos econômicos, em saúde, entre outros. No segundo caso, os processos de estresse também implicam seleção, duração de exposição, crescimento ou proliferação no tempo: a persistência de adversidades econômicas (um fator de estresse primário) pode levar a depressão (um fator de estresse secundário). Em síntese, a seleção social, a exposição cumulativa, e as trajetórias de continuidade (persistência ou mudança) são os componentes-mecanismos em jogo nos processos cumulativos, e altamente correlacionados no tempo. Em qualquer caso, ligam-se eventos e condições anteriores a condições posteriores que apontam para múltiplas trajetórias de curso de vida (ou seja, a

variação nos resultados através da relação entre os processos-mecanismos identificados) (O’Rand, 2009).

Em se tratando da pobreza e dos processos-mecanismos que levam à sua superação, e mesmo à uma mobilidade social de maior alcance, os trabalhos analisados por Angela O’Rand (2009) oferecem preciosas pistas analíticas, que deslindam o como e porquê condições de vida desvantajosas no início da vida (falta de recursos econômicos, educação de má qualidade, problemas de saúde, etc.) e sua persistência, continuariam a repercutir negativamente ao longo da vida, e em todos seus domínios. Isso desvendaria e explicitaria melhor as situações de pobreza crônica, por exemplo, a partir de um peso maior das circunstâncias (mais “estruturais” por assim dizer), mas sem deixar de lado a agência individual. Por outro lado, a autora nos leva também a conhecer evidências existentes de que trajetórias dessa natureza (com muitas desvantagens na fase da infância e da adolescência) não são inexoráveis, com possibilidades de mudanças. Apresento, sinteticamente, parte dos argumentos dessa literatura arrolados por Angela O’Rand (2009), cuja perspectiva se centra tanto nas características adstritas como adquiridas, também a fatores institucionais e à posição social de classe, condição de gênero e raça.

A princípio, os estudos que observam processos de acúmulo de desvantagens e vantagens concebem o curso de vida em termos de um *path dependente status attainment process*, um modelo linear que considera que “condições de vida prévias tem efeitos seletivos diretos em status posteriores ou efeitos indiretos persistentes mediados por eventos e estatus intervenientes: condições ruins na infância, em especial as adversidades econômicas e-ou instabilidade familiar – sendo que as primeiras podem contribuir para a segunda – influem negativamente no processo educativo (i.e. atraso; evasão escolar, não chegar a níveis superiores), e, assim, para a (ins)-estabilidade no trabalho e ganhos salariais; mesmo que efeitos compensatórios possam ocorrer graças ao um retorno mais tardio ao sistema educacional, o peso das origens sociais na infância ainda se refletirá num padrão de vantagens cumulativa que tende a favorecer (com melhores trajetórias de trabalho e salariais) os que lograram completar sua educação antes de ingressar no mercado. Ou seja, os resultados da desigualdade educacional (níveis e timing) ao longo do tempo são cruciais e contribuem para perpetuar os efeitos da “causa fundamental”, a persistente exposição à pobreza na infância, até a aposentadoria. A esses efeitos de longa duração, ainda podem se agregar efeitos de fatores de stress como eventos na saúde (doenças), desemprego, perdas familiares, separações, etc. Nesses estudos, raça, em

função da discriminação sofrida pelos negros, particularmente de baixa renda, também aparece como desvantagem. “A exposição persistente a condições ou status desvantajosos exerce um tipo de gravidade social que produz path-dependence. O efeito persistente da raça em todos os aspectos da desigualdade da população no eua é um exemplo do impacto da duração da exposição. Outros exemplos: duração de exposição a pobreza, subemprego, saúde pobre, condições ambientais prejudiciais” (O’Rand, 2009).

A educação, ou o capital humano através dos processos de escolarização, é destacado nessa literatura por sua capacidade de alterar os efeitos das origens sociais, podendo reproduzir e mesmo ampliar desigualdades (para grupos de status baseados em gênero ou raça) ou reduzi-las, compensando as origens sociais adversas. É importante o reconhecimento de que o status adquirido pela educação é antes uma proxy de diversos fatores que não são medidos e que estariam na base dos avanços como o aprendizado realmente adquirido, a qualidade da escola, socialização, perspectivas e atitudes, desenvolvimento curricular, e outros fatores desconhecidos e difíceis de captar. Aqui, em estudo qualitativo que comparou redes de pobreza e seus mecanismos nas cidades de São Paulo e Salvador, Moya e Marques (2013) defendem a hipótese de que estudar em escolas técnicas e, em maior medida, cursos universitários, propicia a construção de relações sociais diferenciadas e ligadas aos campos profissionais.

Ainda que o modelo de *path dependence* suponha certa linearidade no acúmulo de vantagens e desvantagens, outros dois modelos preveem a reversibilidade de processo cumulativos. No primeiro caso, há uma conexão estocástica entre condições de infância, educação a vida adulta mais tardia; as evidências evidências dos estudos mostram que eventos e circunstâncias positivas ou negativas, mudanças inesperadas – e porque não dizer, o acaso... –; isso inclui o papel de instituições (escolas; militares); novas circunstâncias e experiências (e, acrescento, um novo ambiente relacional) que possibilite escolhas, como voltar à escolar e dar continuidade ao processo educativo), o que pode produzir descontinuidades e mesmo a superação de origens desvantajosas; como também eventos que produzam o contrário, a piora nas desvantagens (doença, divórcio, perda emprego). No terceiro modelo, ênfase é colocada na agência dos indivíduos em “selecionar e construir seus ambientes para apoiar suas necessidades e predisposições”

Todos os modelos descritos acima, seguem os princípios da perspectiva do curso de vida, representada pelos trabalhos de Elder e outros (Shanahan, Mortimer et al, 2003). A perspectiva do curso de vida atenta para a importância dos eventos e do timing em que

ocorrerem (como as fases da vida, infância e vida adulta), e tem no conceito de trajetórias (e sua inter-relação), transições e *turning points* ferramentas analíticas centrais. Além disso, as vidas são interdependentes e ocorrem no tempo no espaço.

Em síntese, a perspectiva de acúmulo de vantagens e desvantagens, implícita na abordagem da Acumulação de Ativos, de Moser, atenta mais sistematicamente para os processos e mecanismos envolvidos na diferenciação social, mesmo entre os mais pobres, o que será problematizado neste trabalho a partir do foco na moradia, tratada como objeto heurístico para observar as desigualdades na pobreza. Não obstante, como bem apontado por O’Hand e Kaztman e Filgueira (2009), as estruturas de oportunidades, as formas como os indivíduos as acessam, os tipos de acesso e as relações institucionais são fundamentais para a compreensão das condições dos domicílios e das famílias, interagem e influenciam suas dinâmicas.

Bibliografia:

BILAC, E.D. 1983. *Família e Trabalho Feminino. A ideologia e as práticas familiares de um grupo de trabalhadores manuais de uma cidade do interior paulista*. Doutorado junto ao Departamento de Ciências Sociais. São Paulo: Universidade de São Paulo

DURHAM, E. R. “A sociedade vista da periferia”. In: KOWARICK, L. **As Lutas Sociais e a Cidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

ELDER, G. H. [ET ALLI] (2006). “The Emergence and Development of Life Course Theory”. MORTIMER, J. T.; SHANAHAN, M. **Handbook of the Life Course**. Nova York: Springer, 2006.

KAZTMAN, R.; FILGUERA, F. (2006). As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (Aveo). In: CUNHA, J.M.P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006.

MOSER, C. **Ordinary Families, Extraordinary Lives – Assets and Poverty Reduction in Guayaquil, 1978-2004**. Brookings Institution Press, 2009

_____. “The asset vulnerability framework: reassessing Urban Poverty Reduction Strategies”. **World Development**, vol. 26(1): 1-19, 1998.

O’RAND, A. “The precious and the precocious: Understanding cumulative disadvantage and cumulative advantage over the life course.” *The Gerontologist*, 36, 1996.